



**ANEXO VII**

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS INTERESSADAS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES A SEREM REALIZADAS NO AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA CRIANÇA E CENTRO DE ESPECIALIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIRIGUI, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI - ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA .....**

Chamada Pública 02/2019  
Edital 175/2019

Pelo presente instrumento, de um lado o **Município de Birigui**, com sede à Rua \_\_\_\_ n.º \_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.151.718/0001-80, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, portador do R.G. nº 23.157.523-3, inscrito no CPF/MF sob o nº260.016.228-33, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde** com sede nesta cidade, na Praça Gumerindo de Paiva Castro, s/nº, Bairro Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde Interina Sra. **MARIAN FÁTIMA NAKAD**, portador ado R.G.nº 44.090.078-05, inscrita no CPF/MF sob o nº333.525.708-17 ; e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n.º ....., com sede na Rua ....., na cidade de ....., CEP: ....., neste ato representada por seu ....., o Sr. ...., portador da cédula de identidade RG n.º ..... e do CPF n.º ....., ao final assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, e tendo em vista o que dispõe os artigos 196 e 200 da Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os artigos 218 e seguintes, as Leis n.ºs 8.080/90 e 8.142/90, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO** de prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, mediante as seguintes cláusulas e condições:



## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato derivativo da Chamada Pública supra consiste no CREDENCIAMENTO PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS INTERESSADAS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES A SEREM REALIZADAS NO AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA CRIANÇA E CENTRO DE ESPECIALIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIRIGUI.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS**

2.1. Define-se o valor limite para dispêndio da contratação a quantia de até R\$ **65.654,14** mensais, dividido de forma não igualitariamente entre as credenciadas, e de acordo com a planilha apresentada no Termo de Referência no item 4.1 do anexo I

2.2. Este valor será utilizado para pagamento de todas contratadas segundo as consultas, exames e procedimentos de especialidades que as mesmas realizaram, conforme quantitativo apresentado em planilha apresentada no Termo de Referência no item 4.1 do anexo I.

2.3. No caso de não se atingir o limite definido de R\$ **65.654,14** o valor residual não será acrescido no(s) mês(es) seguinte(s).

2.4. À contratada não caberá reclamar acerca do quantitativo de serviços em detrimento de outra credenciada, uma vez que por se tratar de Chamamento Público o Credenciamento poderá ser realizado durante a vigência do contrato e o quantitativo de consultas, procedimentos e exames dependerá do quantitativo de empresas credenciadas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS**

3.1. A dotação orçamentária para as despesas decorrentes desta contratação será das fichas 461.

3.2. Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior é municipal.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS**

4.1. Os valores a serem pagos para as Prestações dos Serviços serão conforme cotações realizadas e média de preço estimada.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

5.1 - O reajuste de preços poderá ser realizado, no ato da renovação contratual, caso haja interesse da Administração, a requerimento da licitante vencedora e desde que comprovada a vantajosidade,



utilizando-se o índice IPCA – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, tornando-se por base o mês de início da prestação de serviços.

5.2 – A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito (Art. 37, inciso XXI da CF c.c. Art. 15, parágrafo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993).

5.3 – Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga a fornecer, em cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências, bem como da planilha de custos onde demonstre detalhadamente os insumos que geraram o aumento, destacando valores anteriores e majorados, percentuais, origem do aumento (folha de pagamentos, impostos, matéria-prima, transporte, etc.).

5.3.1 - Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

5.3.2 - O objeto deverá ser executado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido, a partir do requerimento devidamente protocolado, abrangendo a Ordem de Serviço emitida e entregue a partir da data do protocolo.

5.4 - O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, em prazo inferior a 12 (doze) meses a contar do início da execução dos serviços, conforme cláusula 14.1.

5.5 - O dispositivo no item 14.4 não impedirá a redução do preço contratado aos valores de mercado.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE CONTRATO**

6.1. O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RENOVAÇÕES**

7.1. O contrato firmado terá vigência original de 12 (doze) meses, podendo ser renovado sempre por mais 12 (doze) meses desde que haja interesse e conveniência do Município, até o limite total de 60 (sessenta) meses entre prazo original e renovações.

7.2. Uma vez credenciada, a empresa deverá cumprir com as obrigações assumidas pelo período do contrato, sendo-lhe facultada a não renovação caso assim quera, mediante solicitação de descredenciamento protocolada junto à Comissão dos Gestores do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao vencimento do prazo contratual (ou sua renovação).



7.3. Renovado o prazo do contrato à empresa contratada restará obrigada a cumprir todas as condições da avença até a próxima renovação, quando então, se assim o desejar, poderá solicitar seu descredenciamento na forma e no prazo acima descrito.

7.4. Em toda renovação a contratada deverá apresentar obrigatoriamente certidão de regularidade perante a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sob pena de não ser procedida a renovação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO(S) PAGAMENTOS(S)**

8.1. O pagamento será mensalmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços solicitados, mediante apresentação de relatório de todos os exames executados no mês anterior e conferidos pela Secretaria de Saúde, da respectiva apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, certidão de regularidade perante Seguridade Social e FGTS, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço(OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS GESTORES DO(S) CONTRATO(S)**

9.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores os servidores abaixo, lotados na Secretaria de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual:

**SANDRA ANGELINA MARI LOURENÇO MACHADO**

**ENFERMEIRA**

CPF: 085.037.748-48

**RENATA NASCIMENTO DE MEDEIROS SERRA**

**ENFERMEIRA**

CPF: 200.546.858-42

**ALEXANDRE BARROS CHIOZZINI**

**COORDENADOR DE SAÚDE**

CPF: 414.428.848-00



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

10.1. As eventuais sanções por descumprimento de qualquer obrigação contratual deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Municipal nº 5.385 de 02 de março 2015.

10.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

10.2.1. Mera Advertência, por escrito;

10.2.2. Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;

10.2.3. Descredenciamento.

10.3. Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposo.

10.4. São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

10.4.1. não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento:

10.4.2. quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;

10.4.3. descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;

10.4.4. detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;

10.4.5. reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.

10.4.6. cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.

10.4.7. As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda a mais onerosa à Credenciada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA PREFEITURA**

11.1. Constitui responsabilidade e direito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

11.2. Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.



11.3. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

11.4. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

11.5. Comunicar a credenciada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão-de-obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Prestar os serviços objeto da presente Chamada Pública conforme especificações do edital e seus anexos, em especial ao Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente.

12.2. A proponente deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

12.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

12.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

12.5. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e/ou a terceiros, provocados por negligência, imprudência e imperícia cometida na execução do contrato.

12.6. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

12.7. A proponente não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

12.8. A proponente responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

12.9. A proponente deverá manter controle bem elaborado da quantidade de prestação de serviços já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar o teto financeiro definido.

12.10. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI sobre a execução do objeto deste contrato, a PREFEI-



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**

CNPJ 46.151.718/0001-80

Pág. 7

TURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

12.11. É de responsabilidade exclusiva e integral da proponente a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente.

12.12. A proponente fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único de Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

12.13. Para o cumprimento do objeto deste contrato a proponente se obriga a oferecer ao usuário atendimento de forma humanizada.

12.14. A proponente deverá notificar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

12.15. A proponente é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

12.16. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RETIFICAÇÕES OU RATIFICAÇÕES**

13.1. Toda e qualquer alteração ou modificações nas condições estabelecidas no presente contrato será feita através de termos aditivos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 - Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes, observado o regime jurídico administrativo.





**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:**

15.1. Nos casos de dúvidas a respeito deste contrato e para dirimi-las, fica escolhido de comum acordo entre as partes, o FORO da Comarca de Birigui, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

16.1. Constituem, para fins de saneamento de dúvidas acerca desta contratação, parte integrante dos regramentos o Edital, e seus respectivos Anexos.

16.2. As partes contratantes, de comum acordo com os termos deste Contrato e às normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e as condições estabelecidas no **CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2019**, assinam o mesmo em três vias de igual teor e para um só efeito.

Birigui ..... de ..... de 2019.

**CRISTIANO SALMEIRÃO**

- PREFEITO MUNICIPAL -

**MARIAN FÁTIMA NAKAD**

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE –

---

CONTRATADA